

ÁFRICA VERSUS EUROPA: CABO VERDE NO ATLÂNTICO MÉDIO

João Paulo Madeira
(Universidade de Cabo Verde e Universidade de Lisboa)
jpbrancomadeira@gmail.com

Resumo: Este artigo visa a apresentar um contributo para a reflexão acerca da integração de Cabo Verde na CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e sobre a aproximação de Cabo Verde às RUP (Regiões Ultraperiféricas) e, posteriormente, à União Europeia, tirando-se proveito da realidade de uma Nação que se gerou e se vai consolidando a partir da cooperação de povos e culturas oriundos dos dois espaços geográficos referidos. A discussão não se deve somente à posição geográfica privilegiada do arquipélago, mas, igualmente, liga-se a aspectos de ordem cultural, política, económica, comercial e de segurança, com especial destaque para a estruturação do Estado-Nação em Cabo Verde.

Palavras-chave: Cabo Verde. Nação. África. Europa. Atlântico Médio.

Abstract: This article aims to contribute to a reflection about the integration of Cape Verde into the Economic Community of West African States (ECOWAS) and the approximation of Cape Verde to the Outermost regions (ORs), and subsequently to the European Union (EU), benefitting from the reality of a nation that was generated and is being strengthened from the contributions of its people and the native cultures of the two referred to geographic spaces. The discussion should not only be about the privileged geographic location of the archipelago, but equally linked to cultural, political, economical, commercial, and security aspects, with special attention on the structuring of the Cape Verde Nation-State.

Key-words: Cape Verde. Nation. Africa. Europe. Mid-Atlantic.

Introdução

De há algumas décadas a esta parte, tem sido discutida a questão em torno da pertença de Cabo Verde à Europa ou a África. O debate a respeito da integração de Cabo Verde na União Europeia ou Africana suscita, ainda hoje, diferentes pontos de vista entre intelectuais, políticos e académicos. Desde o período da descoberta/achamento do arquipélago de Cabo Verde em 1460 ou 1462, este país assumiu uma posição geoestratégica privilegiada, tendo acolhido, nas suas terras, diferentes grupos raciais e culturais provenientes da África e da Europa.

Busca-se, por meio deste artigo, compreender o processo de integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Parceria Especial com a União Europeia (UE). Vasconcelos e Macedo (2004, p.9) consideram que

os sucessos obtidos por Cabo Verde na consolidação da democracia e no desenvolvimento, a sua posição estratégica entre a Europa e a África, numa situação geográfica que o integra nas ilhas do Mediterrâneo atlântico, tornam a sua experiência particularmente interessante e merecedora de estudo.

A discussão acerca da integração regional não se deveu somente à posição geográfica de Cabo Verde, mas, igualmente, a aspectos de ordem cultural e identitários, com especial menção para a construção do Estado-Nação em Cabo Verde.

1. Primórdios da discussão de Cabo Verde entre África e a Europa

Cabo Verde adquiriu um “estatuto especial” entre as antigas colónias portuguesas da África, sendo que, a partir da década de trinta do século XX, foi considerado como aquele que melhor aculturou e assimilou os hábitos e costumes dos “brancos europeus”. Tal reconhecimento foi assinalado no seio dos intelectuais, nomeadamente os da “geração dos claridosos”, que defendiam o mestiço como aquele que melhor se assemelha ao europeu. “Na verdade, não podemos esquecer que, sendo ‘uma região de Portugal como Minho ou Algarve’, Cabo Verde não só partilha como participa do universalismo da cultura portuguesa” (FERNANDES, 2002, p. 80).

Os cabo-verdianos almejavam a obtenção do estatuto de adjacência, ou seja, que se pudesse reconhecer Cabo Verde como uma região de Portugal. Adriano Moreira, aquando Ministro da Ultramar (1961-1963), reconhece e admite atribuir a Cabo Verde o estatuto de adjacência. Porém, as discordâncias entre os intelectuais cabo-verdianos levariam à não concessão deste estatuto, visto que, “os sábios de Cabo Verde, ora se reúnem para pedir a adjacência, ora para a rejeitar” (PINTO, 2007, p. 137).

A divergência em torno destas questões levou a que este processo tomasse um impacto ainda maior, sobretudo a partir da década de cinquenta, com a geração de Cabral. Foi discutido o processo de integração de Cabo Verde à África, ao ponto de se afirmar a “reafricanização dos espíritos” (FERNANDES, 2002, pp. 141-2). Cria-se o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C), como elo de ligação entre a África e Cabo Verde. Silveira (2005, p. 17) faz saber que atribuir o estatuto de adjacência, que Adriano Moreira pretendia para Cabo Verde, seria mais difícil do que inicialmente se pensava. Cabo Verde encontrava-se, de certo modo, “ligado” à Guiné-Bissau, por força de um movimento político e partidário, o P.A.I.G.C., que, perante a comunidade internacional, era reconhecido e legitimado como o representante dos dois povos.

Esta ambivalência acentuava, por um lado, a discussão acerca daqueles que defendiam a assimilação e, conseqüentemente, o estatuto de adjacência e, por outro lado, aqueles que defendiam maior integração de Cabo Verde no contexto africano. Adriano Moreira (2009) visita o arquipélago em 1962 e reconhece haver interesse, por parte dos intelectuais cabo-verdianos, pela concessão de um estatuto semelhante ao que era praticado em Angola ou Moçambique.

Este debate acerca da integração de Cabo Verde à África ou à Europa ficou marcado nas décadas seguintes. Pela sua história, com um passado de colonização que, conseqüentemente, trouxe consigo uma forma de estruturação política e administrativa, atribuía-se à elite cabo-verdiana, a partir do Estado Novo, um lugar de destaque entre as colónias africanas, sobretudo na ocupação de posições de relevo na administração pública. Era evidenciado o desejo de emancipação política e cultural em relação às colónias, e mormente de independência nacional e retorno às origens. Entre estas duas posições de ambigüidade, Furtado (2013, p. 625) observa que:

As ambigüidades e ambivalências que têm marcado as relações de Cabo Verde e dos cabo-verdianos com o continente africano e, de forma particular com a África Ocidental, resultam essencialmente de um longo processo de internalização e posterior externalização de um *habitus* que, ao mesmo tempo que afirma, pela positividade, o ser cabo-verdiano, sua especificidade e seu cosmopolitismo, mas também sua proximidade cultural com o ocidente, paradigma da modernidade, recusa, negativamente, sua inserção cultural e identitária em África, historicamente concebida pela narrativa ocidental (política, ideológica e científica) como não possuindo história, representando a “tradição”, o atraso, o barbarismo.

O debate a respeito da integração de Cabo Verde traz, no seio de intelectuais, políticos e académicos, uma preocupação de se desconstruir alguns destes aspectos que marcam a política cabo-verdiana e o próprio desenho e arquitetura da construção do Estado em Cabo Verde. Isto deve-se ao facto de, Cabo Verde estar “cada vez mais envolvido em grupos e organizações, de natureza mais diversa, desde as políticas às económicas e culturais” (ALMADA, 2006, p. 31).

2. Cabo Verde e a integração regional

No período anterior à independência de Cabo Verde, o debate era já intenso entre as elites intelectuais cabo-verdianas acerca da perspectivação de uma maior integração regional de Cabo Verde em relação à Europa ou África. Pelo seu posicionamento geográfico, Cabo Verde encontra-se mais perto de África do que da Europa, mas o debate não se fazia somente nesta

óptica. Era muito mais profundo, envolvia questões de ordem cultural e identitária e de reafirmação do Estado-Nação Cabo-verdiano.

Este arquipélago, situado no meio do Atlântico, serviu como entreposto na comercialização de escravos e abastecimento de navios dos diferentes lugares ou continentes. Do entrelaçar da sua história com Europa e África, Cabo Verde serviu como base cultural, administrativa e identitária dos grupos presenciais neste arquipélago. Os intelectuais cabo-verdianos serviram de base ao conceito de “identidade mestiça” para justificar as divergências sobre o desenho que se pretendia desenvolver acerca da sua integração regional. É possível identificar um posicionamento e contestações em torno da integração africana ou europeia.

O ano de 1950 ficou marcado por incitações por parte da “Geração de Cabral” (ANDRADE, 1997, p. 15-8), que se reunia com outros intelectuais cabo-verdianos, no sentido de se debater acerca do “homem cabo-verdiano”. Silva (1957) refere que, mesmo que não houvesse a predominância do sangue europeu ou português, o povo cabo-verdiano, pelo seu pensamento absolutamente português, é considerado, por isso, integrado na civilização ocidental.

Amílcar Cabral, defensor da africanidade e da integração de Cabo Verde à África, fez saber, através do seu pensamento filosófico e da sua representação, aquilo que, para ele, era o homem livre, sobretudo através da negação ao regime e opressão colonial. Amílcar Cabral procurou alertar os cabo-verdianos para a possibilidade do retorno às raízes africanas, pressupondo, como ele mesmo afirma, o processo da africanização de Cabo Verde, ao contrário do que se pretendia para Cabo Verde, isto é, a “europeidade” (CABRAL, 1978, p. 54).

Ainda na década de 1930, ocorrem diversas opiniões e pontos de vista entre os intelectuais claridosos a respeito de se adoptar para Cabo Verde uma posição assimilacionista e/ou regionalista. Pretendia-se saber se este país poderia vir a fazer parte de uma região de Portugal como as outras regiões portuguesas.

Tanto a “geração dos claridosos” como a “geração dos nativistas” posicionaram-se em relação a estes factos que, durante décadas, fizeram eco sobretudo num Estado-Nação recente como era o caso de Cabo Verde.

A geração dos nativistas defendia uma visão nativista, ao ponto de considerarem o “nativo” do arquipélago de Cabo Verde valorizado perante a metrópole. Era necessário reconhecer o estatuto de igualdade política, social e jurídica perante os portugueses, ou mesmo,

de Portugal continental, amparados na ideia de que Cabo Verde usufruía da necessidade e do direito de lhe ser confirmado o estatuto de adjacência, à semelhança do que tinha acontecido em Madeira e Açores.

Na mesma linha de pensamento, Fernandes (2002, p. 80-1) salienta que os autores da “Geração dos Claridosos” consideram o homem cabo-verdiano culturalmente semelhante ao europeu, visto que se constata a presença da componente cultural europeia na formação do “mestiço” cabo-verdiano.

Por este motivo, é possível defender uma visão regionalista, ao ponto de se considerar Cabo Verde como um caso particular no contexto regional europeu. Os claridosos consideram que este país é diferente das outras colónias africanas, visto ter um tratamento reconhecido pela metrópole como algo de particular, possuindo uma identidade distinta das demais.

A “Geração Cabral” se opôs-se aos debates pertinentes e incessantes entre as gerações antecessoras. Esta geração considera a componente cultural africana muito forte, a ponto de Cabo Verde retornar às suas origens e ser reconhecido como um caso de regionalismo africano em vez de europeu. Tal seria possível através da independência da nação cabo-verdiana. Esta geração reconhece que deveria negar Portugal ou, no caso mais amplo, a Europa, para que pudesse ser realmente possível a independência nacional no sentido de engrandecer a mãe África (CABRAL, 1978).

As duas gerações buscam, de modo diferenciado, a emancipação política, social e cultural, existindo, por vezes, pontos de vista divergentes dos seus princípios, de acordo com o(s) contexto(s) em causa. A “Geração de Cabral”, por exemplo, posicionava-se a favor de maior integração no contexto regional africano, acentuando, para isso, a identidade africana o que, entretanto, não constituía uma tarefa fácil, uma vez que encontrou resistências por parte daqueles que defendiam e profetizavam a identidade europeia, ou que, de outra forma, ainda se identificavam com as raízes portuguesas.

A integração de Cabo Verde na matriz africana ou europeia resulta de um processo histórico, político e social, cujo resultado consistiu na elaboração de explicações de modo coerente e convincente, em torno de duas posições diferenciadas acerca da integração: uma de componente europeia e outra de componente africana. Isto originou a discussão em torno dos debates, que constituem o pensamento de intelectuais com posições diferenciadas. Esta forma de

pensar é, por exemplo, ainda hoje evidenciada no atual processo de integração regional de Cabo Verde na CEDEAO, e igualmente no processo de uma maior Parceria Especial com a UE.

3. Integração regional na CEDEAO e a Parceria Especial com a UE

Pouco antes de Cabo Verde se tornar um Estado Independente, mais precisamente trinta e oito dias antes da proclamação oficial da independência, foi fundada em Lagos, através do Tratado da Abuja, a 28 de Maio de 1975, a CEDEAO. A independência oficial a 5 de Julho de 1975 marca uma nova era na edificação do Estado-Nação em Cabo Verde, com novos espaços para a integração nas várias organizações internacionais e regionais, como é o caso da ONU (Organização das Nações Unidas), e também da OUA (Organização da Unidade Africana). No caso da integração na CEDEAO, esta só sucedeu em 1977, dois anos após a independência, na qual Cabo Verde subscreveu o “tratado constitutivo” (REIS, 2008, p. 83).

A partir desta data, tem-se vindo a questionar a integração de Cabo Verde na CEDEAO, nomeadamente no que diz respeito aos benefícios e desafios que esta integração poderia trazer para Cabo Verde. Os debates centram-se essencialmente nas questões culturais/identitárias, económicas, políticas e de segurança.

Cabo Verde passa a integrar uma região com um mercado de aproximadamente duzentos e cinquenta e cinco milhões de consumidores, isto porque, por um lado, o país possui a menor dimensão de todos e, por outro, por ser o único país insular da “massa continental” da África Ocidental (ROCHA, 2008, p. 113). Existem, também, factores de ordem cultural e política, em que é possível realçar a ausência de um ideal comum, ao ponto de a arquitetura do projeto de integração regional no quadro da CEDEAO ser efetivamente solidificada, visto existirem dificuldades que se prendem com a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os Estados mencionados, sendo igualmente visíveis as subseqüentes instabilidades políticas registadas nesta região.

O debate entre intelectuais, políticos e académicos centra-se em torno destas questões e do seu posicionamento em relação a estes factores, sendo que este apresenta, de alguma forma, contrastes quanto aos aspectos relevantes no que se refere ao seu aprofundamento. Para Delgado (2007, p. 133-5), mesmo não se possuindo convicções profundas, parece que a CEDEAO é um projeto de integração condenado ao fracasso:

Primeiro, porque carrega um vício originário, que jamais poderá ultrapassar. Trata-se de uma comunidade criada por uma potência hegemónica, a Nigéria, num período de afirmação regional e dirigida contra os interesses franceses [...] segundo, existe um outro vício originário. Trata-se de desarmonia de valores políticos entre os Estados da região [...] terceiro, além de não existir partilha, de facto, de valores públicos, é pouco popular, mas é inevitável fazer-se alusão a factores identitários [...] finalmente, mas não exaustivamente, a CEDEAO, com a avidez verticalizadora que demonstra, nomeadamente, aprovando os mais desenvolvidos instrumentos de integração regional, num quadro meramente normativo, desgarrado da realidade, transforma o ordenamento jurídico-comunitário numa gigantesca e insustentável Comunidade Virtual.

Por outro lado, “a instabilidade que afectou vários países da África do Oeste, nos finais do século XX, colocou o arquipélago numa situação de ‘cavaleiro solitário’ pelo que atraiu um contingente de migrantes para o qual não estava preparado” (SEMEDO, 2008, p. 49). Com isso, vieram agravar a situação em Cabo Verde, em relação à sua submissão a uma certa sobrecarga de migração nesta sub-região, uma vez que o país não possuía uma estrutura suficiente para os constrangimentos e problemáticas desta integração. Estes factores permitiram segundo Rosa (2008, p. 129) que:

Inúmeras vezes, e nos níveis e sectores mais diversos do governo e da sociedade civil, tem-se vindo a questionar permanência do país na CEDEAO. Estes questionamentos tiveram o seu aparecimento logo no início da nossa Adesão e têm nos últimos tempos, se agravado devido a um número cada vez mais crescente de cidadãos oriundos dos países membros [...] Se uma parte dos cidadãos comunitários pretende fazer das ilhas um trampolim para outras paragens a maioria vem, hoje, com intenção de aqui permanecer.

Esta é a opinião partilhada por um conjunto de intelectuais e académicos inseridos na sociedade civil e também por parte do governo, em relação às dificuldades sentidas através da integração de Cabo Verde na CEDEAO. Isto ocorreu desde a adesão de Cabo Verde à comunidade sub-regional. Na perspectiva de Fernandes (2008, p.64-5) a

livre circulação de pessoas, superadas ou amenizadas que forem seus efeitos correlatos menos bons, pode funcionar como ideal de subversão de uma globalização de mão única. Exemplos aparentemente marginais, resultantes de opções éticas originais, podem a longo prazo contribuir para uma agenda política mínima de humanização do planeta.

Apesar do efeito menos positivo que a integração de Cabo Verde na região da CEDEAO possa representar, como por exemplo a livre circulação de cidadãos nesta região, Fernandes (2008) acredita que essa mesma circulação tenha como resultado uma maior consciência global, que

aposta na necessidade de mão de obra e, conseqüentemente, de um reforço de humanização nas agendas políticas e de maior intervenção nas questões humanitárias e de proteção dos seres humanos. Sublinha Gomes (2009, p. 42) que, após 32 anos, a Comunidade se depara com grandes constrangimentos, decorrentes da participação ineficiente dos Estados membros:

Alguns exemplos citados são casos de reuniões que não se realizam por falta de quórum, as sessões ministeriais são assistidas, a maior parte das vezes por simples técnicos sem nenhuma representatividade, os Estados membros sempre foram reticentes em cumprir os seus deveres e obrigações para com a CEDEAO, estando alguns em atraso há mais de 20 anos. Os atrasos nas contribuições financeiras dos países membros até 30 de Setembro de 2000 ultrapassam a soma de 35,2 milhões de dólares repartidos pelos seguintes países.

No que se refere à dimensão económica da integração de Cabo Verde na CEDEAO, Reis, (2008, p. 84) acredita que:

Muitos países e dirigentes africanos estavam imbuídos da falsa convicção de que a simples ascensão à independência ou adesão a espaços político-económicos constituía condição suficiente para que se tornassem desenvolvidos e os povos felizes, esquecendo-se da magnitude das tarefas que tinham pela frente.

Esta afirmação surge numa situação de independência nacional, estando presentes os fundamentos ideológicos africanistas da classe que dirigiu o processo de independência. São escassos os estudos realizados no sentido de se avaliar os benefícios da criação e adesão que poderiam trazer para Cabo Verde no âmbito da CEDEAO. A tarefa essencial dos países da CEDEAO consistia na avaliação realista dos problemas que esta integração acarretava, lembrando que esta comunidade foi criada no auge da independência nacional, pelo menos para os países sobre a dominação portuguesa, no qual Cabo Verde se encontrava incluído.

O desejo e a ambição, e, mais do que tudo, a “falsa convicção” do desenvolvimento económico, deram lugar à criação de uma comunidade sem fundamentos e sem estudo prévio. A CEDEAO “enquanto espaço económico, esbarrou, até agora, com dificuldades quase insuperáveis, exactamente pelas motivações subjacentes à sua própria fundação.” (REIS, 2008, p. 86). Com opinião divergente de Reis, Duarte (2004, p. 119), acredita ser profícuo para a economia cabo-verdiana a integração regional, alertando e concordando que

Dada a sua pequena dimensão, a economia cabo-verdiana terá de se inserir num mercado regional vasto, permitindo ao país enfrentar com sucesso os conflitos latentes e permanentes entre a pequenez do mercado nacional e a dimensão óptima de produção e entre estes e a distância económica, potenciar a sua posição

geoestratégica de placa giratória de comércio internacional, com vantagens competitivas por demais evidentes em sectores como o financeiro, o das telecomunicações, o da indústria ligeira, o dos transportes, para só citar estes domínios.

Esta posição alerta as autoridades nacionais cabo-verdianas no sentido de prestar maior atenção à integração na CEDEAO e reforço das políticas de integração. O reconhecimento de Cabo Verde num mercado mundial passa por uma estratégia de integração económica, facultando o reconhecimento global e estratégico numa localização favorável.

No mesmo contexto, mas pela dimensão cultural/identitária, acredita-se que, se aprofundarmos a questão numa lógica de diferenças culturais, temos de ter em consideração, segundo Rocha (2008, p. 124) que “estas sempre existiram entre os mais próximos países se não no seio de um mesmo país e hoje sabemos que o diálogo das culturas, que integra numa coexistência pacífica e mutuamente enriquecedora mais do que confronta as diferenças, é a via da sabedoria contra todo o tipo de fundamentalismo”.

Mesmo sob a base de um distanciamento cultural, tudo nos leva a crer que a diferença cultural entre os países da CEDEAO necessita de um diálogo cultural permanente, ao ponto de tomar em consideração estas diferenças na construção de uma comunidade sólida. Entretanto Tolentino (2013, p. 619) considera que

Por motivos históricos geográficos, culturais, linguísticos e de governação, as Nações da África Ocidental ainda lidam mal com a IR (Integração Regional), que aceitam mais como inviabilidade ou destino do que como projeto pressupondo informação de boa qualidade e vontade democraticamente construída.

Fernandes (2006) refere que, na história recente de Cabo Verde, são notórios os constantes fluxos e refluxos em torno do posicionamento relativamente à integração africana, o que requer salientar que não emergem apenas de distintos e determinados projetos ideológicos e políticos, mas que estão estruturalmente imbricados na história política, social e cultural do arquipélago e dos seus habitantes. As elites desempenharam um papel preponderante, porque, por um lado marcaram a sua visão de mundo e de si mesmos, e por outro, dos africanos e dos europeus.

A integração na CEDEAO não é a única que tem vindo a suscitar debates entre intelectuais em Cabo Verde. A integração nas Regiões Ultraperiféricas, concretamente no que diz respeito à Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, origina debates acerca da possibilidade de uma parceira entre estes, não pondo de parte, por outro lado, as possíveis

consequências nefastas que poderá trazer ao arquipélago, devido a uma possível exploração e proveito, por parte da Europa, da posição estratégica de Cabo Verde.

4. A Parceria Especial com a União Europeia

No contexto da criação de uma parceria sólida que, de alguma forma, pudesse trazer e, ao mesmo tempo, abrir um novo horizonte para este arquipélago no meio do Atlântico, Cabo Verde optou por uma Parceria Especial com a UE, em Novembro de 2007. O desejo da parceria “efetivamente se viria a materializar em Novembro de 2007, ou seja, uma parceria especial entre a EU e Cabo Verde que garante ao arquipélago uma posição mais vantajosa junto das organizações”, e “esta parceria assenta em seis pilares: boa governação, segurança e estabilidade, sociedade de conhecimento, luta contra a pobreza, integração regional e convergência técnica e normativa” (PINTO, 2012, p.193).

Neste sentido, “num momento em que a União Europeia repensa as suas relações com as vizinhanças próximas, a posição de Cabo Verde e o seu relacionamento com a Europa ganham também uma nova qualidade e integram-se no debate sobre os limites geográficos da Europa alargada” (VASCONCELOS & MACEDO, 2004, p. 9). Pois, “a excelência da cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde é unanimemente reconhecida por todos” (COSTA, 2007, p. 116).

A possibilidade de uma parceria entre a UE e Cabo Verde foi já pensada há algumas décadas, quando algumas personalidades portuguesas, como Adriano Moreira e Mário Soares, tiveram um papel relevante, ao ponto de serem considerados como representantes da parceria entre o arquipélago de Cabo Verde e a UE. “Talvez valha a pena referir que foi num Congresso em Tenerife, no já longínquo ano de 1994, que Mário Soares começa a delinear a ideia de uma aproximação de Cabo Verde aos arquipélagos ultraperiféricos que fazem parte de Portugal e de Espanha” (PINTO, 2012, p. 193).

Esta aproximação poderia trazer benefícios para Cabo Verde, no âmbito de cooperação da UE com as regiões Ultraperiféricas ou da Macaronésia. “Occasionnellement, émergent des discussions au Cape-Vert sur la future association au Portugal et à Europe, au moyen de laquelle l’archipel pourrait bénéficier du soutien européen au titre des régions ultra périphériques, à

l'image des Açores, de Madère, e des Îles Canaries” (CRAVINHO, 2005, p. 95). Para Monteiro (2004, p. 29):

Não é difícil depreender-se que os principais benefícios para Cabo Verde serão de ordem económica, sendo que a capacidade de Cabo Verde para aceder a fundos estruturais da União Europeia, em montantes que se avizinhassem em algumas áreas, por exemplo, dos concedidos aos restantes arquipélagos da Macaronésia, lhe permitiria o desenvolvimento infra-estrutural nos moldes e dimensão indispensáveis para um desenvolvimento acelerado e sustentado.

E ainda possibilitaram a Cabo Verde “aceder a determinados instrumentos de cooperação da União Europeia” (SILVA, 2004, p. 37). Esta parceria, ainda antes da sua efetivação, originou alguns debates entre os que se declararam ser “contra” e os que se declararam ser a “favor” da adesão de Cabo Verde à União Europeia. Adriano Moreira considera que é indiscutível que a sociedade civil cabo-verdiana materializou na identidade cultural os valores que são denominadores comuns dos europeus (MOREIRA, 2005).

Mário Soares advoga a forte ligação do arquipélago de Cabo Verde aos restantes arquipélagos do Atlântico como: Canárias, Madeira e Açores, alegando que os cabo-verdianos não são exclusivamente africanos (SOARES, 2005). Neste sentido, “algumas figuras públicas, tanto em Portugal como em Cabo Verde, fizeram questão de realçar que Cabo Verde, devido à sua história, apresentava valores mais próximos da União Europeia do que outros candidatos, como era, por exemplo, o caso da Turquia” (PINTO, 2012, p. 189).

A Comissão das Comunidades Europeias (2007, p. 2) deixa claro, por meio do comunicado ao Conselho e Parlamento em Bruxelas, que Cabo Verde partilha os “laços históricos, humanos, religiosos, linguísticos e culturais inextricáveis com a Europa” e “a sociedade cabo-verdiana é resultado da fusão dos povos europeu e africano e do diálogo entre as respectivas culturais”. Por outro lado, Cabo Verde “partilha de valores sociopolíticos fortes...defende valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a boa governação política e económica, e as garantias oferecidas pelo Estado de direito em vigor” e “tem uma vocação natural para servir de ponte entre dos continentes africano, europeu e americano, o que constitui o elemento fundamental em torno do qual a Europa e Cabo Verde partilham interesses e desafios comuns”.

Para Almada (2006) os cabo-verdianos não são, em nenhum momento, europeus e nem Cabo Verde em si é Europa, embora a cultura cabo-verdiana esteja imbuída dos valores europeus

e/ou, como alguns pensam, trazidos pela cultura europeia. As argumentações colocam em evidência a inacessibilidade de integração e da parceria especial entre Cabo Verde e a UE, por Cabo Verde não se compatibilizar com alguns aspectos que os que são a “favor” da integração colocam em destaque, nomeadamente com os ideais europeus. Pinto (2012, p. 190) menciona que:

Algumas personalidades cabo-verdianas não receberam bem a ideia e vieram ao público denunciar aquilo que, na sua leitura, representava uma marca neocolonialista porque consideravam que Portugal se estava a intrometer na vida interna de Cabo Verde e a decidir ou condicionar o seu futuro. Houve mesmo quem considerasse que se pretendia deitar fora o bebé com a água do banho, ou seja, que se desejava acabar com a independência de Cabo Verde e reduzir o arquipélago a um protectorado ou a uma região autónoma adjacente a Portugal.

Estas posições ocasionaram debates, que ainda hoje persistem e fazem eco na academia científica, possibilitando leituras diferentes baseadas também em perspectivas teóricas dispares.

Referências

ALMADA, David Hopffer (2006). **Pela cultura e pela identidade:** Em defesa da caboverdianidade. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ANDRADE, Elisa Silva (1996). **As ilhas de Cabo Verde da "Descoberta" à Independência Nacional: 1460-1975.** Paris: L'Harmattan.

ANDRADE, Mário Pinto de (1997). **As Origens do Nacionalismo Africano:** Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CABRAL, Amílcar (1978). **Obras Escolhidas.** Porto: Seara Nova.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2007). **Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.** Bruxelas: Comissão Europeia.

COSTA, Suzano Ferreira (2007). Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário. **Revista de Estudos Cabo-Verdianos.** Dossier Especial, nº1: 113-141.

CRAVINHO, João Gomes (2005). Les Relations Post-Coloniales Portugaises. **Pôle Sud : Revue de Science Politique de l'Europe Méridionale**, 22: 89-100.

DELGADO, José Pina (2007). A Vinculação de Cabo Verde ao mecanismo de segurança da CEDEAO. **Direito e Cidadania**, IX, 27:133-5.

DUARTE, J. A. (2004). As Relações Externas de Cabo Verde na África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia. **Estratégia: Revista de Estudos Internacionais**, 20: 117-126.

FERNANDES, Gabriel (2002). **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial**. Florianópolis: UFSC.

FERNANDES, Gabriel (2006). **Em Busca da Nação**. Notas para uma Interpretação do Cabo Verde Crioulo. Praia/Florianópolis: IBNL/ UFSC.

FERNANDES, Gabriel (2008). Cabo Verde e CEDEAO: uma questão identitária. *In* CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio (Coords.). **Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde**. Praia: Gráfica da Praia, 53-67.

FURTADO, Cláudio (2013). Cabo Verde e a Integração na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias. *In* SARMENTO, Cristina; COSTA, Suzano. **Entre a África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde**. Coimbra: Almedina, 623-652.

GOMES, Joaquim. (2009). **A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO: O Comércio e as Migrações**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

MONTEIRO, Fátima (2004). Cabo Verde na Encruzilhada Atlântica. **Revista Estratégia**, 20: 19-29.

MOREIRA, Adriano (2005). A Integração de Cabo Verde na Europa. **Diário de Notícias**, 8/2/2005.

MOREIRA, Adriano (2009). **Tempo de Véspera**. Coimbra: Almedina.

PINTO, José Filipe (2007). **Adriano Moreira: uma Intervenção humanista**. Coimbra: Almedina.

PINTO, José Filipe (2012). Cabo Verde e a União Europeia: Da parceria à Integração. *In* CRISTOVÃO, Fernandes (Dir. e Coord.). **Ensaio Lusófonos**. Coimbra: Almedina, 193-204.

REIS, José António Dos (2008). As políticas públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da estratégia global de desenvolvimento. *In* CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio (Coords.). **Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde**. Praia: Gráfica da Praia, 83-95.

ROCHA, José Luís (2008). Dimensão económica da integração regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde. *In* CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio (Coords.). **Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde**. Praia: Gráfica da Praia, 113-26.

ROSA, Manuel Amante (2008). A problemática da livre Circulação de Pessoas e Bens e o papel de Cabo Verde na Segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul da União Europeia. *In*

CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio (Coords.). **Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste**: Caso de Cabo Verde. Praia: Gráfica da Praia, 127-44.

SEMEDO, José Maria (2008). A especificidade de um Estado insular e diaspórizado. *In* CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio (Coords.). **Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste**: Caso de Cabo Verde. Praia: Gráfica da Praia, 37-51.

SILVA, Aníbal Lopes Da (1957). O perfil psicossocial do homem caboverdiano. *In* LESSA, Almerindo; RUFFIÊ, Jacques. **Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde**: Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano. 1ª ed. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 89-99.

SILVA, António Correia e (2004). Canárias no Horizonte. **Revista Estratégia**, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, 20: 31-7.

SILVEIRA, Onésimo (2005). **A Democracia em Cabo Verde**. Lisboa: Edições Colibri.

SOARES, Mario (2005). Entrevista concedida à Maria Jorge Costa. **A Capital**, 16/05/2005. Publicado em [<http://www.acapital.pt/secciones/noticia.jsp?pIdNoticia=14489&pIdSeccion=2>] Disponibilidade:

TOLENTINO, André Corsino (2013). A difícil Integração Africana. *In* SARMENTO, Cristina; COSTA, Suzano. **Entre a África e a Europa**: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde. Coimbra: Almedina, 609-22.

VASCONCELOS, Álvaro de; MACEDO, Jorge Braga de (2004). Nota de Abertura. **Revista Estratégia**, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, 20: 1-9.